

Racionalidade política no jornalismo de saúde: o papel das fontes na construção da relação entre a obesidade e a pobreza no jornal brasileiro *Folha de São Paulo*

Monica Carvalho*

Resumo: Nas últimas décadas a obesidade tornou-se uma das maiores preocupações na saúde pública. A OMS prevê que em 2015 haverá setecentos milhões de adultos obesos em todo o mundo. Este cenário se reflete na produção das notícias, em particular no modo como os média continuamente ressaltam o problema da obesidade. No Brasil, há cerca de duas décadas, a obesidade tem registado um aumento significativo na população; e parte desse aumento se dá entre os mais pobres. Logo, a pobreza, outrora vinculada à fome e ao baixo peso, é agora uma das faces da obesidade no país. Este trabalho foi feito a partir da análise de todas as notícias produzidas entre 1996 e 2005 que relacionavam a obesidade à pobreza no jornal brasileiro *Folha de São Paulo*. O estudo das 65 peças revelou um tema fortemente atravessado por disputas de ordem política, em especial entre 2003 e 2005, quando foram encontradas 48 peças sobre esta temática. Neste artigo, pretende-se observar como as fontes promoveram a construção da relação entre a obesidade e a pobreza nos média, de modo a legitimar certa racionalidade política.

Palavras-chave: jornalismo de saúde, obesidade, pobreza, Brasil, política.

1. Introdução

No artigo “Doença de pobre não rende manchete”, publicado em 2000 no jornal *Folha de São Paulo*, o jornalista brasileiro Ricardo Bonalume Neto relata que, na época em que era editor de uma pequena revista de divulgação científica, procurou uma imagem que pudesse ilustrar uma reportagem sobre a malária, mas não a encontrou. Comentou sobre o facto com um colega, que lhe explicou que ele não teria dificuldade apenas em

* Universidade Católica Portuguesa – Instituto de Bioética (mmcarvalho@porto.ucp.pt).

obter imagens, mas também textos sobre a malária, já que se tratava de uma doença de pobres e a revista era lida por indivíduos da classe média. Enquanto editor, Bonalume Neto se deu conta que, de facto, a maioria das notícias médicas publicadas naquela revista eram sobre obesidade, disfunção erétil, cancro, longevidade, etc., do “universo da classe média”.

Em 2003, apenas três anos após o artigo de Bonalume Neto, o cenário parece ter mudado significativamente. É verdade que a malária não virou notícia, contudo, passaram a ser frequentes as notícias que se referiam ao aumento da obesidade entre os pobres, inclusive com manchetes. Os dados estatísticos indicavam que vinha ocorrendo no Brasil uma *transição nutricional*, ou seja, uma inversão do estado nutricional da população, que teria passado da desnutrição para a obesidade. De facto, desde a década de 1980, a prevalência do baixo peso na população brasileira havia caído de 8,3% para 5,0% e depois para 3,5%, enquanto o sobrepeso registara um aumento de 2,1% para 4,1% e depois para 6,4%. De acordo com a região do país, o rendimento e o género, o quadro era ainda mais significativo. No Sudeste do Brasil, entre as mulheres com baixo rendimento, o sobrepeso tinha aumentado de 11,2% para 14,1%, enquanto entre as mulheres com maior rendimento o sobrepeso havia reduzido de 14,8% para 8,9% (Monteiro *et al.*, 2002). Ao que parecia, a obesidade estaria a tornar-se uma “doença de pobres”.

Embora a transição nutricional, anteriormente observada nos países ricos, estivesse ocorrendo nas últimas décadas no Brasil, esta informação parecia mais limitada à esfera dos especialistas. No entanto, desde 2003, esta questão tornou-se pública através dos média, o que aconteceu após Lula da Silva ter tomado posse como presidente em 2003 e dar início ao “Fome Zero”, o principal programa social do seu governo. Este programa já havia sido anunciado na sua campanha presidencial em 2002 e pressupunha a transferência de rendimentos pelo governo a um público de cerca de 44 milhões de pessoas, consideradas muito pobres por receberem menos de um dólar por dia (Instituto Cidadania, 2001).

De facto, a publicidade em torno do nexo obesidade/pobreza naquele momento político não parecia uma coincidência e, para além das evidências e estatísticas sobre a inversão demográfica no Brasil, a relação obesidade/pobreza passava a ser construída nos média como um tema político. Assim, a saúde era o pano de fundo das disputas políticas sobre o papel do Estado e, naquele momento em particular, o nexo obesidade/pobreza enquanto um dado parecia colocar em questão as políticas sociais daquele governo.

Além disso, embora o aumento da obesidade no Brasil pudesse ser associado à pobreza, apontando para uma relação entre as questões sociais e as condições de saúde da população, era o discurso sobre o controle do risco que predominava, indicando que as soluções para o problema estariam ao nível do indivíduo. Assim, com base neste discurso, em detrimento dos aspectos sociais presentes no nexo obesidade/pobreza, incentivavam-se práticas individuais de autocontrole entre a população que, por sua vez, deveria ser exortada a mudar os hábitos e a fazer escolhas de vida mais saudáveis.

O objectivo deste artigo é apresentar alguns resultados da investigação que teve como proposta investigar o papel das dinâmicas de poder na construção do nexos obesidade/pobreza como discurso legítimo pelos média (Carvalho, 2007). O estudo se realizou a partir da análise de 65 peças do jornal *Folha de São Paulo* – o mais vendido no Brasil – entre 1996 e 2005, que se referissem ao nexos obesidade/pobreza. É significativo que entre as 65 peças, 48, ou seja, mais de um terço, tenham sido publicadas apenas entre 2003 e 2005, após a tomada de posse de Lula da Silva à presidência, em Janeiro de 2003, quando oficializou o seu principal programa social, o “Fome Zero”.

A metodologia para a análise das peças foi desenhada a partir de três vieses:

- 1) análise de conteúdo,
- 2) análise dos discursos das principais fontes e dos contextos históricos de produção das notícias e
- 3) análise das principais metáforas encontradas.

Para este artigo far-se-á uma apresentação de uma parte dos resultados da análise de conteúdo que envolve as principais fontes utilizadas no jornal, além da análise dos discursos das fontes, de modo a observar de que modo se promoveu a construção do nexos obesidade/pobreza como um tema ao serviço da discussão acerca do papel do Estado e da legitimação de certa racionalidade neoliberal.

2. Quem diz o quê acerca da relação entre a obesidade e a pobreza

Na análise de conteúdo das 65 peças analisadas neste trabalho, identificou-se a natureza das principais fontes de informação. Assim, no conjunto do material retirado da *Folha de São Paulo*, considerou-se que a fonte poderia ser:

1. ausente ou constituir-se pelo próprio jornalista ou colunista;
2. fonte estrangeira;
3. instituição ou organização do Estado;
4. instituição ou organização continental/mundial;
5. assessoria de imprensa de congressos;
6. médico ou investigador de instituição pública nacional;
7. médico ou investigador de outras instituições;
8. outros.

Assim, constatou-se que a maioria das peças (44,6%) não tinha uma fonte principal ou a fonte identificava-se como sendo o próprio jornalista ou colunista. Em segundo lugar, cerca de um quinto das peças tinha como fonte principal alguma organização do Estado. Entre as primeiras peças, a grande maioria era de opinião (62%) e as restantes (27,5%), reportagens que utilizaram mais de uma fonte. Destaca-se que as reportagens foram mais encontradas entre 1996 e 2001 e as opiniões entre 2002 e 2005. Isso demonstra que a consulta a múltiplas fontes de informação foi mais comum nos seis

	Peças	%	2002		2003		2004		2005	
Não há ou é o próprio jornalista ou colunista	29	44,6%	3	10,3%	4	13,8%	8	27,6%	6	20,7%
Fonte estrangeira	4	6,2%							4	100,0%
Organização Estado	12	18,5%					8	66,7%	4	33,3%
Organização continental/mundial	3	4,6%					1	33,3%	1	33,3%
Assessoria eventos	2	3,1%					1	50,0%		
Médico ou investigador de instituição pública nacional	7	10,8%	2	28,6%	1	14,3%	1	14,3%	1	14,3%
Médico ou investigador de outras instituições	6	9,2%	1	16,7%	2	33,3%	1	16,7%	1	16,7%
Manuais ou livros médicos consultados pelo jornalista	0	0,0%								
Outros	2	3,1%	1	50,0%					1	50,0%
Total	65									

3. Discursos das principais fontes

A importância de quem diz e o que diz deve-se ao facto de no jornalismo, em especial no jornalismo de saúde, a fonte assegurar a autenticidade da informação. No caso das notícias científicas, a fonte não fornece um simples testemunho, mas, em geral, diz algo a partir de um lugar que lhe confere autoridade para dizê-lo, tornando verosímil o que é enunciado. Com relação ao tema da saúde, as figuras do médico e do cientista/investigador em saúde são determinantes. Se, além do seu título, a fonte também for um representante de uma organização ou associação em saúde, esta condição lhe dá autoridade para representar oficialmente seus pares, como se a sua voz fosse a de muitos.

Alguns, porém, além de terem o título de uma autoridade em saúde e de serem fontes importantes para os jornalistas, assumem uma condição diferenciada no campo jornalístico, pois actuam como “intelectuais-jornalistas” (Bourdieu, 1997). Os intelectuais-jornalistas seriam figuras híbridas, jornalistas e especialistas, que, entre outras coisas, representariam um modo de o jornalismo exercer certa influência sobre os campos especializados. Sendo assim, com uma linguagem aparentemente mais acessível ao público não especializado, conduziriam à compreensão e ao consumo do que faz parte de um universo outro, distinto do jornalístico, que neste estudo de caso, é o universo mesmo da saúde.

Nas peças da *Folha* prevaleceram cinco tipos de fontes:

1. o Estado;
2. uma organização de especialistas;
3. um especialista representante de uma organização;
4. um investigador representante do seu campo e
5. um intelectual-jornalista.

Certas fontes são mais frequentes que outras, demonstrando que a estas o jornal concede especial autoridade. Cada uma das fontes apresenta ideias que são predominantes nos seus discursos e, dessa forma, tornam-se os representantes ou porta-vozes de um modo de pensar, de uma tendência e até de uma racionalidade em relação ao tema em questão, conduzindo a opiniões distintas acerca donexo obesidade/pobreza.

3.1. Entre o Estado e a Abeso

De acordo com o quadro da análise de conteúdo apresentado neste artigo, pode-se observar que 66,7% das peças cujas fontes eram organizações do governo foram publicadas em 2004 e as restantes em 2005. Ressalta-se que, para além de nos anos anteriores as organizações governamentais não aparecerem como fontes principais, a maior parte das peças foi publicada em Outubro e Dezembro de 2004, o que aponta para dois factos concomitantes às publicações das peças: 1) em Outubro, as eleições para prefeito e 2) em Dezembro, a divulgação da Pesquisa de Orçamento Familiar 2002-2003 (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora o Estado possa ser referido como fonte através das instituições públicas de ensino e investigação, isto não significa uma posição oficial do Governo, o que foi evidente em 2004. De facto, dados e informações de carácter oficial divulgados neste ano se destinavam a rebater políticas sociais locais (na cidade de São Paulo, onde o jornal é publicado) e nacionais realizadas sob o governo do Partido dos Trabalhadores – partido de Marta Suplicy, então prefeita de São Paulo, que se recandidatava ao cargo, e do então Presidente Lula da Silva. Isso demonstrava que no contexto da produção do conhecimento e da informação, podia haver, de um lado: *a*) o poder executivo que apresentava o seu ponto de vista a partir do qual tinha planejado e implementado acções como a do “Fome Zero”, e do outro; *b*) um ponto de vista não ajustado ao anterior que partia de outro sector do Estado, em particular uma agência de investigação responsável pelos indicadores oficiais da população brasileira (IBGE). Tal divergência pode ser observada no período de divulgação da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), considerando-se inclusive outras notícias relacionadas com o tema, para além das que se referiam ao nexo obesidade/pobreza (*Lula... 2004*; Krakovics, 2005; Salinas & Wolthers, 2005).

Por ocasião da divulgação da POF, o IBGE pareceu assumir uma posição diferente da do governo. Ao menos foi o que transpareceu através dos média, na medida em que se deu maior ênfase a certos resultados da POF que pareciam desautorizar o investimento público em programas sociais de combate à fome e à desnutrição. Assim, para além da POF, tornou-se facto através da *Folha* certa celeuma entre duas áreas do governo: de um lado o Presidente Lula da Silva, que chegou a declarar que “a fome não é uma coisa

medida em pesquisa” e que “não é todo ser humano que reconhece que passa fome”, e do outro o Presidente do IBGE, ao explicar que a pesquisa teria medido e pesado as pessoas e determinado através do Índice de Massa Corpórea (IMC) quem estava abaixo ou acima do peso indicado como normal (Soares & Góis, 2004). Isto sugeria haver uma disputa no âmbito do Estado em torno do discurso legítimo acerca da fome, da desnutrição e da obesidade no Brasil. De facto, nos três meses seguintes à divulgação da POF, discutiu-se nos média a exigência do governo em saber os resultados das pesquisas do IBGE antes de os seus resultados saírem nos meios de comunicação.

A Abeso, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, foi a organização de especialistas mais encontrada nas matérias da FSP que abordaram onexo obesidade/pobreza. Sua representação deu-se através dos seus directores – Alfredo Halpern (*Brasileiro...* 1997), Walmir Coutinho (Soares, 1999) e Giuseppe Repetto (Mantovani & Dávila, 2005) –, profissionais associados (Mena & Lisboa, 2003) e como ela mesma (*Maia...* 2002).

A Abeso foi consultada nas peças que tratam da obesidade e, embora algumas vezes seja referida como uma instituição que actua em projectos públicos, ela também faz um certo contraponto em relação ao Estado.

A obesidade já é considerada uma epidemia mundial. E, por mais que o governo brasileiro não tenha um programa “Dieta já”, o Ministério da Saúde, em parceria com a Abeso (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade), já está pesquisando a obesidade no país para criar programas contra a doença, especialmente entre crianças e adolescentes. (Mena & Lisboa, 2003)

A Abeso voltará a ser mencionada posteriormente, quando for discutida a participação de um dos seus directores mais mediáticos, o endocrinologista Walmir Coutinho.

3.2. “A saúde pública deve tratar dos males modernos”

A frase foi dita em entrevista à *Folha* (Natali, 1996) por Carlos Augusto Monteiro, o investigador mais consultado pelo jornal. Monteiro se destaca como um representante importante do seu campo, pois, além de ser uma fonte em várias peças, ele também é citado por outros especialistas que foram fontes do jornal, tais como Halpern (*Brasileiro...* 1997) e Victora (Natali, 2003), ex-presidentes da Abeso.

Monteiro é médico, doutor em saúde pública e professor catedrático da USP, Universidade de São Paulo, onde também é director do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, Nupens. Sua notória autoridade parece determinar o modo como ele aparece nas matérias, pois está presente em seis das 64 peças analisadas: uma vez em 1996, 1997, 1999 e 2003 e duas vezes em 2004. Em quatro ocasiões sua fala acontece de forma directa através de entrevistas do tipo “pergunta e resposta”. Ressalta-se que tais entrevistas sugerem uma certa literalidade quanto à fala do entrevistado, já que não há uma edição explícita por parte do jornalista.

A posição de Monteiro costuma ser a do investigador que divulga os resultados dos seus trabalhos, uma espécie de “prestação de contas” à sociedade. Algumas entrevistas,

inclusive, parecem ter sido motivadas pela divulgação desses resultados pela assessoria de imprensa da USP.

Nos dez anos analisados, Monteiro é a primeira pessoa que se refere ao aumento da obesidade entre os pobres no Brasil (Natali, 1996) e, três anos depois, relata a diminuição da obesidade entre as mulheres das classes mais ricas no Sudeste do país (Natali, 1999). Voltou a dar mais entrevistas sobre o tema obesidade/pobreza em 2004, quando alertou para o crescimento da obesidade na cidade de São Paulo (Natali, 2004) ou comentou os resultados da POF divulgados em 2004 (Natali & Soares, 2004).

Entre 2003 e 2004, época em que o programa de combate à fome do governo era posto em causa, os resultados da sua pesquisa poderiam levar a concluir que o tratamento desta questão pelo governo era equivocado. Contudo, em 2004, oito meses antes de os média fazerem alarde dos resultados da POF, Monteiro afirmava que “pobreza e obesidade estão associadas”. Isso fica mais evidente num artigo seu que trata das diferenças entre a pobreza, a desnutrição e a fome, que seriam parcialmente relacionadas. Neste artigo, ele analisa a desnutrição de maneira bem ampla:

Semanticamente, poderíamos também incluir entre as modalidades de desnutrição, ao lado das deficiências nutricionais, os distúrbios nutricionais decorrentes da ingestão excessiva ou desequilibrada de energia e/ou nutrientes, em particular a obesidade, problema crescentemente importante no país. (Monteiro, 2004, p. 82)

Na entrevista da *Folha*, porém, o jornalista não pede que se esclareça a natureza da associação entre a pobreza e a obesidade, focando-se nas recomendações da OMS acerca do avanço da obesidade no país (Natali, 2004).

Folha – Quais são as recomendações da OMS?

Monteiro – De modo sintético, recomendam-se acções em dois sentidos: para informar as pessoas sobre as relações entre alimentação e actividade física e para tornar o ambiente mais propício a escolhas saudáveis e menos indutor de padrões não saudáveis de alimentação e sedentarismo.

Folha – Qual seria o ambiente mais propício?

Monteiro – São previstas acções no ambiente físico, como políticas para assegurar a produção e venda de alimentos mais saudáveis, e no ambiente económico [taxações e subsídios] e sociocultural, além de campanhas educativas e restrições na publicidade de alimentos não saudáveis, sobretudo quando dirigidas a crianças. (*op. cit.*)

A princípio, a preocupação de Monteiro parecia ser a divulgação dos dados sobre o aumento da obesidade no Brasil e na cidade de São Paulo, a seu ver uma epidemia. Contudo, também ressaltava que o problema era complexo e deveria envolver uma estratégia coerente com esta complexidade, não restrita a mudanças de comportamento individuais.

Na saúde pública, Monteiro representa uma corrente que defende as políticas públicas de saúde para o controle da obesidade, pois considera um mal moderno de graves consequências. Embora não se mostre muito favorável ao “Fome Zero”, sugerindo que

o foco no combate à fome não é consensual, admite que as políticas de controle da obesidade não excluem a necessidade de outras políticas sociais. Contudo, ao invés de fechar a discussão, Monteiro abre noutro sentido, quando, no mesmo artigo, citado anteriormente, defende acções “governamentais específicas de combate à pobreza [...] que resultem em maior crescimento económico com melhor distribuição de renda e que levem à reactivação da economia, à criação de empregos e ao aprofundamento da reforma agrária” (Monteiro, 2004, p. 95).

3.3. “O maior objectivo da medicina é tornar a saúde contagiosa”

Com esta frase do médico e escritor Pedro Nava, o endocrinologista Walmir Coutinho parece colocar-se no lugar do arauto do combate à obesidade no Brasil. A frase foi dita por ele em entrevista à *Folha* (*Tratar...* 2002) e apresentada no seu perfil no campo “filosofia de vida”:

QUEM É ELE

Nome: Walmir Coutinho

Idade: 43

Profissão: endocrinologista

O que faz: coordenador da Força-Tarefa Latino-Americana para a Obesidade e coordenador do Consenso Latino-Americano de Obesidade.

Filosofia de vida: Como dizia Pedro Nava: ‘O maior objetivo da medicina é tornar a saúde contagiosa’. (*op. cit.*)

Os dados acerca do que faz vão além do que o perfil acima indicava, pois é doutorado em medicina pela Universidade Federal de São Paulo; já foi vice-presidente da Abeso, de 1997 a 1999, e, desde 2005, é presidente da FLASO, Federação Latino-Americana de Sociedades de Obesidade. De facto, Coutinho é uma fonte muito referida pelo jornal quando é preciso que se diga algo sobre a obesidade, já que aparece em seis peças, desde 1999. Além disso, é referido em vários sítios *web* quando o tema é emagrecimento.

Em 1999, ainda como presidente da Abeso e com base no relatório do Consenso Latino-Americano da Obesidade, Coutinho alertava para a existência de mais de cem medicamentos para emagrecer disponíveis no mercado, embora afirmasse que apenas seis fossem comprovados cientificamente. Em 2002, ele continuava a alertar para o facto de haver “mais de 200 substâncias [...] no país para tratar a obesidade. Apenas sete medicamentos têm comprovação científica e somente dois são recomendados como de primeira linha”, que seriam a sibutramina e o orlistat, este último vulgarmente conhecido como Xenical (*Tratar...*, 2002). De facto, há cerca de dez anos, Coutinho tem se destacado pela defesa do Xenical, sendo inclusive um especialista consultado pelo Xenicare¹, sítio *web* da Roche, laboratório responsável pela produção do fármaco. Outro dado é que a revista da Abeso, entre os números de Abril de 2002 a Dezembro de 2005, foi produzida pela Agência Interna Roche². Logo, regista-se aqui

¹ <http://www.xenicare.com.br>.

² Dados disponíveis no próprio *site* da Abeso, <http://www.abeso.org.br/>, consultado em 30/10/2006.

uma interrogação sobre a natureza do vínculo entre a Abeso, mencionada no item 3.1, e o laboratório Roche, que produz o Xenical, e sua influência sobre a posição desta associação e do próprio Coutinho.

Como representante da Abeso, o endocrinologista afirmava que a associação gostaria que a palavra “dieta” fosse “abolida dos tratamentos médicos para emagrecimento”, alegando que o termo tinha se desgastado e sido associado a privações, defendendo sua substituição por “plano alimentar”, supostamente mais “flexível” (Soares, 1999). Nesta mesma matéria, inteiramente centrada na sua entrevista, Coutinho disse o seguinte sobre o nexa obesidade/pobreza:

Folha – Até que ponto combater a obesidade é uma questão relevante num país com tantos problemas considerados prioritários na saúde pública?

Walmir Coutinho – Essa noção de que obesidade é doença de país rico é equivocada. Existem estudos internacionais mostrando que o combate à desnutrição está empurrando as pessoas mais pobres para a obesidade, porque não adianta dar comida a elas sem dar informação sobre uma alimentação adequada. Esse fenómeno é chamado de transição nutricional, ou seja, na medida em que se vai erradicando a miséria, a obesidade vai surgindo como um problema de saúde pública mais grave, mais frequente do que a desnutrição. No Brasil, por exemplo, um estudo realizado em 1995 pela Escola Paulista de Medicina em favelas de São Paulo mostrou que 8,5% dos moradores eram desnutridos, 14,6% tinham obesidade e 21,9% apresentavam excesso de peso. Isso mostra que dar acesso à comida, sem informação, resulta em obesidade. (*op. cit.*)

Por intermédio de uma referência não citada, o médico afirma que o combate à desnutrição seria responsável pelo que ele define como transição nutricional. Para o ex-presidente da Abeso, “dar acesso à comida” sem informar levaria à obesidade, “um problema de saúde pública mais grave, mais frequente do que a desnutrição”. Com esta posição, Coutinho condena possíveis políticas sociais que dão acesso à comida, mas não provêem os pobres e desnutridos das *condições para discernir sobre o que comem*. Assim, diferentemente de Monteiro, que amplia o próprio conceito de desnutrição, Coutinho restringe a questão a um problema de discernimento, desconsiderando o facto de que a informação e o conhecimento sobre a alimentação colocam-se secundariamente às condições de acesso e à possibilidade de opção sobre o que comer. Para o médico, a informação é a base do que ele chama “plano alimentar”, cujo foco seria a reeducação alimentar. Diferente da dieta, que determina privações e tem começo, meio e fim, o plano alimentar levaria o indivíduo a mudar seu comportamento alimentar de forma ampla, como se fosse uma espécie de “plano de vida” no qual a pessoa tentaria aproximar-se ao máximo do que é considerado “ideal” em termos alimentares.

A perspectiva de Walmir Coutinho é a de um movimento que dá ênfase à informação e ao conhecimento e que responsabiliza o indivíduo por quaisquer conseqüências derivadas das suas escolhas. Nesse sentido, a intervenção do Estado ou de qualquer outra organização ou entidade, de modo a proporcionar o acesso da população pobre à comida, é vista como um processo de estímulo ao agravamento de um cenário epidemiológico até mais grave que a desnutrição, uma vez que a obesidade aumenta o

risco de diabetes, enfarto do miocárdio, hipertensão arterial, derrame, doenças cardiovasculares e vários tipos de câncer, como o de mama, de útero e de colo. Até de acidente automobilístico o obeso morre mais do que o magro. É muito frequente o obeso, principalmente o dos casos mais graves, ter distúrbio do sono. Ele não consegue respirar direito à noite, acorda várias vezes, no dia seguinte fica com sonolência e acaba dormindo na direção. (*op. cit.*)

Seja na necessidade da autodisciplina e do controle do comer (Klinger, 2001), seja na defesa de uma dieta saudável para os mais pobres (Leite, 2003; Biancarelli, 2003), ao alertar para o lado negativo do incentivo à auto-estima dos “gordos”, que levaria a uma aceitação da gordura (Leite, 2003), ou ao defender que a noção de epidemia da obesidade não significa mero alarmismo, já que seriam inquestionáveis seus números e efeitos à saúde (Mantovani & Dávila, 2005), em todos os casos, Coutinho ressalta que o *problema da obesidade não pode ser relativizado pelos aspectos sociais*. Para o médico, a informação seria a principal arma para vencer a “guerra” contra o excesso de peso e, assim, “tornar a saúde contagiosa”, e o controle individual a melhor estratégia para lidar com o problema.

3.4. “Quem come mais, vive menos”

A frase é da primeira peça em que o médico Dráuzio Varella é a fonte principal na *Folha*, uma reportagem de 1998 que aborda o nexos obesidade/pobreza:

“Os estudos revolucionam antigos conceitos sobre alimentação e duração da vida”, diz Dráuzio Varella, cancerologista e diretor do Centro de Pesquisas e Tecnologia da Unip, Universidade Paulista.

As últimas pesquisas compararam três grupos de camundongos: o primeiro deles comeu à vontade, o segundo recebeu 30% menos de calorias e o terceiro teve uma redução de 60%.

Depois de anos de acompanhamento, foram tomados em cada um dos grupos os 10% que viveram mais e tirada a média de suas idades ao morrer. O segundo grupo viveu cerca de 30% mais que o primeiro e o terceiro teve uma duração de vida 60% maior que aquele que comeu à vontade. “Pode-se concluir que a diminuição do número de calorias é diretamente proporcional à longevidade”, diz Varella (Biancarelli, 1998).

Cerca de dois anos depois, a importância do médico aumentou para a *Folha* e outros veículos de comunicação, que o contrataram como colunista, comentarista e colaborador no jornalismo de saúde.

Sua entrada como colunista da *Folha* aconteceu em Maio de 2000, no conjunto das mudanças provocadas pelo novo projecto gráfico do jornal. Naquela altura, o médico, antes referido como oncologista e diretor do Centro de Pesquisas e Tecnologia da UNIP (Universidade Paulista), passa então a ser descrito como infectologista e escritor de um *best-seller* (*Folha...* 2000). De facto, foi graças ao seu *best-seller Carandiru*, em especial após sua adaptação para o cinema pelo realizador Hector Babenco, que Varella tornou-se muito conhecido, colocando-o numa posição de grande destaque, até mesmo como celebridade.

Varella é uma fonte muito consultada pelos jornalistas acerca de diversos temas da saúde, muito além da sua especialidade. Ao mesmo tempo, representa a própria fala do veículo, na medida em que foi contratado pelo jornal para dizer algo sobre o que, em geral, os jornalistas não têm formação para fazê-lo. Logo, a qualificação médica, que, em geral, falta ao perfil de um jornalista, tal como a autoridade para dizer algo a respeito da saúde, fica resolvida pela presença de um “médico-jornalista”.

Nesta investigação, observou-se que Dráuzio Varella assume uma condição diferente das fontes anteriores, já que pode ser considerado um intelectual-jornalista (Carvalho, 2009). O termo foi criado por Bourdieu (1997) que se refere ao intelectual-jornalista como um “meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico”, o que se observa nas colunas de Varella quando tende a não citar as fontes ou as referências científicas que utiliza para construir seus argumentos e apresentar suas ideias sobre saúde. De facto, nas peças em que Varella aparece como fonte, há frases do género: “um estudo conduzido na Inglaterra recentemente...” (Varella, Set./2002); “recentemente, foram descritos mediadores químicos envolvidos na regulação do apetite e do peso corpóreo” (Varella, Mar./2003); “um estudo ajuda a entender algumas características da epidemiologia da gota” (Varella, Jun./2004); “uma análise crítica de oito estudos recentes mostrou que...” (Varella, Jul./2004); “um estudo recente conduzido pelo Rand Institute concluiu que...” (Varella, Out./2004), são exemplos de estudos que, mesmo valorizados como fonte por Varella, têm suas autorias desconsideradas na sua coluna, como se a sua suposta autoridade de médico e cientista bastassem para conferir legitimidade às suas afirmações.

Ao todo, entre 1998 e 2005, foram encontradas quatro peças em que Varella é fonte principal, além de nove artigos seus publicados na sua coluna desde que foi criada em 2000, colunas estas consideradas como sendo ausentes de fontes, já que é o próprio colunista a fonte do que é publicado. Na maioria das vezes, a posição de Varella foi a do médico e jornalista ao mesmo tempo, ou seja, de quem atravessava o discurso biomédico por um modo de dizer objectivo e directo do jornalista – muitas vezes despreocupado com a autoria de quem diz através dele – e ‘lúdico’ e ‘brincalhão’ – para não dizer sarcástico – de um suposto “educador em saúde para as massas”. Muitas vezes, aos seus textos pode aplicar-se a categoria “grotesco”, tal como Foucault classificava os textos médico-jurídicos que tomava como exemplo em suas aulas e escritos. Aqui, recorre-se à definição foucaultiana de grotesco como “o fato [...] de deter por estatuto efeitos de poder de que sua qualidade intrínseca deveria privá-los”, ou como “uma das engrenagens que são parte inerente dos mecanismos de poder”, num contexto em que se confere lugar e poder à paródia do discurso científico com um discurso infantil e moralizante (Foucault, 2002, pp. 15-8, 44). Logo, como médico-jornalista, Varella se reveste da sua autoridade, mediaticamente reconhecida, utilizando um discurso não-científico e carregado de metáforas, certezas e juízos de valor, ou seja, cientificamente desqualificado, mas ainda assim estatutário.

Tentar emagrecer é um inferno. Segunda-feira você começa o regime: duas torradas no café, meia maçã às dez horas, bifeinho de cem gramas com três folhas de alface no almoço,

iogurte desnatado às quatro da tarde e sopinha de cenoura no jantar. Imbuído das melhores intenções, você resiste quatro semanas ao suplício da fome permanente, sobe na balança e confere a recompensa: quatro quilos a menos. Sua mulher fica feliz, e o pessoal do escritório elogia com a delicadeza masculina: “Dando um fim naquela barriga ridícula, meu?”

Depois de um mês de dieta rigorosa, no entanto, você começa a fraquejar, mas apenas em dia de festa: meio sanduichinho, dois copos de cerveja, um brigadeiro. No dia seguinte, consumido pelo remorso você retorna à dieta rigorosa. No fim do segundo mês, porém, a balança é menos generosa: dois quilos a menos. Não é o ideal, mas está bom, pensa você, afinal já foram seis quilos! Nesse ritmo!

No terceiro mês, sua disposição para jejuar começa a dar sinais de cansaço. Não só em dia de festa acontecem as recaídas, nem há necessidade de comidas especiais. Você começa a se sujar por pouco: empadinha de padaria, salgadinho roubado do pacote do filho, pedaço de pudim esquecido na geladeira. Impiedosa, a balança trava e você se queixa: “Passo fome e não adianta nada”.

Algumas semanas depois, você observa consternado que a menor extravagância alimentar é punida imediatamente com ganho de peso; o sacrifício de dias consecutivos é malbaratado por um deslize mínimo no fim de semana. Com a auto-estima em baixa, você desanima: “Não aguento mais fazer regime”. Num piscar de olhos, engorda tudo o que perdeu e ainda ganha mais alguns quilos, de castigo! (Varella, Jul./02)

Segundo Bourdieu, o intelectual-jornalista guarda do seu papel de intelectual apenas “os sinais exteriores, a parte exterior, visível, o que é manifesto, as manifestações, as exhibições públicas”. Para este autor, isto não teria importância se ele não abandonasse o que descreve como sendo “o essencial” do intelectual, ou seja, a disposição crítica baseada numa certa “independência em relação às demandas e seduções temporais”. Nesse sentido, pode-se dizer que o maior problema que se identifica no intelectual-jornalista é a ratificação de uma “ordem estabelecida” (Bourdieu *apud Le Magazine de l’homme moderne*, p. 33).

E que ordem ratifica Varella em sua fala como fonte e intelectual-jornalista? Ele sempre fala a partir de um ponto de vista radicalmente evolucionista. O radical neste caso se refere à presença do argumento evolucionista em todos os seus textos que fizeram parte desta investigação. Ele é o representante mais mediático de uma concepção darwiniana sobre a saúde, em particular sobre a obesidade enquanto doença ou epidemia de origem ancestral. Além disso, de modo quase constante nas suas colunas consideradas neste trabalho, ele é conclusivo em afirmar, em geral no último parágrafo para finalizar o artigo com a sua tese evolucionista, que a “natureza” não se adaptou aos tempos actuais do excesso e que por sermos “animais forjados em épocas de escassez” não podemos ter frigoríficos cheios, restaurantes do tipo rodízio, etc.

Descendente de hominídeos obrigados a consumir energia para obter alimentos e fugir de predadores nas florestas, o cérebro humano, desenhado em época de penúria, não estava preparado para resistir às tentações da mesa e ao conforto dos sofás. (Varella, Jul./2004)

A fome que sentimos resulta de um equilíbrio ajustado entre esses circuitos antagónicos, construídos e seleccionados por nossos antepassados remotos com a finalidade de resistir à falta permanente de alimentos, numa época em que as refeições eram alternadas com longos períodos de jejum forçado. O que representou sabedoria do cérebro para enfrentar a penúria deu origem ao flagelo da obesidade em tempos de fartura. (Varella, Maio/2004).

A natureza é sábia, todos dizem, mas não foi capaz de prever que chegaríamos ao estado de fartura atual, acessível a milhões de seres humanos. Animais com cérebros forjados em tempos de penúria não podem ter geladeira cheia, churrascaria rodízio e disquete-pizza à disposição. (Varella, Jul./2002)

Num mundo sedentário, com alimentos deliciosos ao alcance da mão, considerarmos a obesidade um problema de carácter é pura ignorância. Perder peso é empenhar-se numa batalha contra a biologia da espécie humana. Só os obstinados são capazes de vencê-la. (Varella, Out./2004)

Assim, para o médico, num ambiente irresistível mas ameaçador, é necessário ter muita disposição e uma enorme força de vontade para não sucumbir às imensas possibilidades de escolha e aos excessos que povoam o nosso ambiente: o que apenas os mais obstinados seriam capazes de ter.

4. Conclusão

Na *Folha de São Paulo*, na maioria das vezes em que se mencionou onexo obesidade/pobreza, as fontes foram utilizadas no sentido de se fazer frente ao discurso do Governo. Na maior parte dos casos, porém, não houve crítica directa à ideia de investir-se o dinheiro público em acções de carácter social. Ao contrário, foram mais frequentes os argumentos mais científicos, supostamente “menos” políticos, mas que pudessem desqualificar os fundamentos dos programas de combate à desnutrição em geral, inclusive o “Fome Zero”.

O primeiro desses argumentos é o de uma nova *concepção de Brasil*, bastante distinta da que foi apresentada pelo governo. Assim, enquanto Lula da Silva ressaltava que milhões de brasileiros não tinham recursos suficientes que lhes permitissem ter acesso diariamente a uma alimentação adequada – o que, para o Governo, justificava a própria existência do “Fome Zero” –, as fontes destacavam um outro Brasil, que, de acordo com os números e pelo fenómeno da transição nutricional, poderia ser comparado aos países mais ricos. Assim, o país passava a revelar-se como um país “da transição”: a) da transição nutricional, por si só positivada já que era um indicador do aumento do acesso aos alimentos; b) mas também da transição para uma nova condição, já que o país estaria sofrendo de um “mal” típico dos países mais desenvolvidos: o excesso. A transição nutricional também indicava que a obesidade se tinha tornado uma doença mais grave que a desnutrição. Deste modo, dever-se-ia deslocar o problema para um outro lugar, na medida em que se acusavam os programas de combate à desnutrição como co-responsáveis pelo aumento da obesidade entre os pobres.

Esta deslocação do problema aponta para um segundo argumento: a transição nutricional no Brasil pressupõe que as políticas de combate à fome e à desnutrição deveriam ser substituídas por estratégias governamentais de suporte ao controle do peso, a partir da autogestão dos indivíduos. Nesse sentido, o principal recurso parece ser a informação, até porque se costuma atribuir aos pobres certa *iliteracia alimentar*. A iliteracia alimentar remete à educação, principal estratégia das actuais políticas de saúde pública no controle da obesidade. A função deste argumento nos discursos das fontes é a de criticar os limites das políticas sociais que “dão o peixe, mas não ensinam a pescar”.

Outro argumento importante, mas já bastante circunscrito à fala de uma das fontes, o médico Dráuzio Varella, refere-se ao *evolucionismo*. O evolucionismo explica a tendência à obesidade a partir da evolução da espécie humana, pois seríamos descendentes dos homens e mulheres que sobreviveram às situações de penúria. Segundo a teoria da evolução aplicada ao ganho de peso, na história da humanidade sobreviveram os indivíduos que tinham maior capacidade de acúmulo de energia, associada a uma competência fisiológica para economizar esta energia acumulada. Tal mecanismo teria possibilitado que nossos ancestrais enfrentassem os tempos de escassez. Por sermos o resultado desta evolução – ou da adaptação do ser humano à histórica instabilidade da oferta de alimentos –, teríamos as mesmas características fisiológicas: facilidade para acumular e economizar energia e dificuldade para perder a energia acumulada.

Para além de este tipo de argumento ser determinista do ponto de vista fisiológico e referir-se à obesidade como um problema incontornável, há também uma interpretação que relaciona onexo obesidade/pobreza a um determinismo fisiológico que pode ser estendido a um determinismo social. A tendência “natural” à obesidade seria, em princípio, uma característica fisiológica que a maioria dos indivíduos parece ter, independentemente da classe social ou do rendimento. Contudo, essa mesma tendência, associada às condições de vida na pobreza e à “iliteracia alimentar”, torna-se mais agravada, já que as situações de precariedade dos antepassados parecem manter-se entre os indivíduos mais pobres. Isso significa que o mecanismo biológico da economia de energia passa a ser crucial para a sobrevivência desses indivíduos que passam a ser as principais personagens no fenómeno da transição nutricional.

O evolucionismo, segundo Varella, também aponta para uma naturalização da obesidade e do próprio nexo obesidade/pobreza, o que nos remete à pobreza como o lugar da impossibilidade de controle sobre o futuro, ou seja: da falta de opção; da ausência de obstinação; da complacência cerebral ou de uma constituição cerebral não adaptada à actualidade.

Como conclusão parcial do estudo das 65 peças, já que neste artigo considerou-se essencialmente as fontes, pode-se afirmar que esses argumentos minimizam a importância dos aspectos sociais que possam estar relacionados com o nexos obesidade/pobreza. Assim, *a)* defende-se a existência de um outro Brasil; *b)* sobrevalorizam-se as soluções que visam a autogestão do indivíduo; e *c)* supõe-se um determinismo fisiológico ao qual justamente os que têm menos recursos também teriam menos hipóteses de escapar; todos esses argumentos tendem a empalidecer e até a negar, directa ou indirectamente, os factores sociais subjacentes à obesidade, em particular quando ela está vinculada à

pobreza. De facto, como afirma Rose (1999), segundo a perspectiva dos actuais estados neoliberais, o social e o económico são considerados antagónicos, na medida em que um “governo económico” deve ser “dessocializado” em nome da maximização do comportamento empreendedor do indivíduo.

Referências

- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a televisão*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Carvalho, M. (2007) *Obesidade e pobreza na imprensa: epidemiologia de uma questão social*, Tese de doutoramento em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação.
- Carvalho, M. (2009) “Campo jornalístico, campo da saúde e racionalidades políticas a partir do estudo de caso de um intelectual-jornalista”. In Kushnir, B. (Ed.) (2009) *Maços na gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói, RJ: Biblioteca EdUFF, pp. 177-196.
- Foucault, M. (2001) *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2002) *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Instituto Cidadania. (2001) *Projeto Fome Zero. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Djalma Guimarães (versão 3).
- Le Magazine de l'homme moderne. Lexique bourdieusien: parcours erratique de morceaux choisis*, versão 3.1.0, 12/12/2002, disponível em <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/lexique/lexique.pdf>, consultado em 20/08/05.
- Monteiro, C. A. (2004) “Pobreza, desnutrição e fome no Brasil: implicações para políticas públicas”. In Velloso & Albuquerque (eds.) (2004) *A nova geografia da fome e da pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 189-207.
- Monteiro, C. A.; Conde, W. L. & Popkin, B. M. (2002) “Is Obesity Replacing or Adding to Undernutrition? Evidence from Different Social Classes in Brazil”. *Public Health Nutrition*, vol. 5, n. 1A, pp. 105-112.
- Biancarelli, A. (1998) “‘Comida-remédio’ chega ao Brasil com bula”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 mar. Caderno 3, pp. 1-4.
- Biancarelli, A. (2003) “Melhor dieta é o ‘arroz com feijão’”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C8. 26 out.
- Bonalume Neto, R. (2000) Doença de pobre não rende manchete. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 fev. Suplemento Revista da Folha, p. 33.
- “Brasileiro está ficando mais gordo” (1997) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 nov. Caderno Especial Mexa-se, p. 4.
- “Folha muda para ficar mais prática” (2000) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 maio. Caderno 1, p. 14.
- “IBGE não limita combate à fome, diz governo” (2004) *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A11. 23 dez.
- Klinger, K. (2001) “Corpo pode ser aliado ou não na guerra da balança”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. Seção Equilíbrio, pp. 8-11. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos>>. Acesso em: 01 ago. 2006.
- Krakovics, F. (2005) “Governo restringe acesso à pesquisa do IBGE”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A8. 29 jan.
- Leite, F. (2003) “Fome Zero requer ‘alfabetização’ alimentar”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C5. 22 abr.
- Lula X IBGE (2004) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. Seção Editorial, p. A2.
- “Maia quer proibir venda de doce em escola para evitar obesidade” (2002) *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C1. 30 mar.
- Mantovani, F. & Dávila, M. (2005) “Epidemia ou alarmismo?” *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jun. Suplemento Equilíbrio, pp. 6-9.
- Mena, F. & Lisbôa, R. (2003) “Gordinhos na mira”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 set. Suplemento Folhateen, pp. 1,6-7-A1.
- Natali, J. B. (1996) “Brasil traz mistura de doenças de ricos e de pobres, diz pesquisador”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. Caderno Mais!, p. 15.
- Natali, J. B. (1999) “Diminui obesidade feminina no Sudeste”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 maio. Caderno 3, p. 6.
- Natali, J. B. (2003) “Morrer de fome é raro no país, diz especialista”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A6. 04 mar.
- Natali, J. B. (2004) “39% dos paulistanos têm excesso de peso”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. C7. 14 mar.

- Natali, J. B. & Soares, P. (2004) “Brasil tem mais obesos que pessoas com falta de peso”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, pp. C1,C3-4, A1. 17 dez.
- Rose, N. (1999) *Powers of Freedom: Reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Salinas, M. & Wolthers, G. (2005) “OAB critica controle sobre pesquisa do IBGE”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A7. 05 fev.
- Soares, P. & Góis, A. (2004) “IBGE contesta declarações do presidente sobre a fome”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A4. 22 dez.
- Soares, R. (1999) “Brasil prepara campanha para conter epidemia de obesidade”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 out. Caderno 1, p. 4.
- “Tratar obeso com hormônio é aberração” (2002) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. Suplemento Equilíbrio, p. 6.
- Varella, D. (2002) “Raízes biológicas da obesidade”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E9. 27 jul.
- Varella, D. (2002) “Olha o aviãozinho, meu filho”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E16. 07 set.
- Varella, D. (2003) “Obesidade inexorável”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E10. 22 mar.
- Varella, D. (2004) “Controle do apetite”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E12, 29 mai.
- Varella, D. (2004) “Gota: a doença dos reis”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, pp. A1, E12, 12 jun.
- Varella, D. (2004) “Obesidade, preguiça e câncer de mama”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, pp. E12, A1. 10 jul.
- Varella, D. (2004) “Obesidade paulistana”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. E15, 16 out.

